
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0005717-37.2011.2.00.0000**Requerente:** Ivan Portela de Macedo**Interessado:** Luis Gustavo de Oliveira Lúcio
Luciano da Cruz Correia**Requerido:** Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas**Advogado(s):** AL009587 - Rousseau Omena Domingos (INTERESSADO)

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO POR PERMUTA. RESOLUÇÃO TSE N.º 23.092/2009. A Justiça Eleitoral, ao deferir remoção por permuta, deve observar os estritos termos dos artigos 12 e 14 da Resolução TSE n.º 23.092/2009, que exigem a indicação das localidades almejadas, os currículos dos interessados, com as respectivas justificativas, além do deslocamento recíproco dos servidores.
Procedimento de Controle Administrativo que se julga procedente.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo, com pedido de liminar, formulado por Ivan Portela de Macêdo contra decisão proferida pelo Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas, que autorizou a remoção, por permuta, dos servidores Luís Gustavo de Oliveira Lúcio e Luciano da Cruz Correia (Resolução TRE/AL n.º 15.189/2011).

A referida Resolução, de 24/10/2011, autoriza a remoção do servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio, por permuta, para a 27ª Zona Eleitoral, sediada no Município de Mata Grande, bem como a do servidor Luciano da Cruz Correia, na mesma condição, para a 36ª Zona Eleitoral, sediada no Município de Limoeiro de Anadia (DOC7, p. 25/26), com efeitos a contar apenas após a conclusão da revisão do eleitorado alagoano com a coleta de dados biométricos.

O Requerente alega que:

- na data do evento, o servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio encontrava-se removido, desde maio de 2011, da 36ª Zona Eleitoral para a Secretaria do TRE de Alagoas, por razões médicas, conforme Portaria n.º 319, de 23/5/2011, e estava lotado na Coordenadoria de

Desenvolvimento de Recursos Humanos, de acordo com a Portaria n.º 327, da mesma data; o servidor passou a ocupar a função comissionada de Chefe de Cartório da 1ª Zona da Capital, por força da Portaria n.º 532/2011;

- há que se indagar como poderia o citado servidor pedir remoção da 36ª Zona Eleitoral para a 27ª Zona Eleitoral, se se encontrava removido para a Secretaria do TRE de Alagoas e ocupava a chefia de Cartório de Zona da Capital; para tanto, seria necessário que ele estivesse lotado na 36ª Zona Eleitoral, trabalhando lá, o que não ocorria;

- o servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio requereu, em 15/4/2011, ao TRE-AL, por meio do processo n.º 6.813/2011, a sua remoção definitiva para a Sede do Tribunal, por questões de saúde, o que foi deferido, sem prejuízo da reavaliação médica periódica; em seguida, pediu a reconsideração dessa decisão, para ser removido em definitivo, sem reavaliações periódicas - protocolo n.º 9.913/2011, de 30/5/2011;

- há também que se indagar como um servidor lotado em Maceió pode pedir remoção por permuta, considerando a sua lotação originária, que não é a atual, e, ainda, como pode um servidor requerer a lotação definitiva em Maceió e, ao mesmo tempo, aceitar ir para o Município mais distante do Estado, mais distante duas vezes da Capital que a sua lotação de origem;

- o ato administrativo ora impugnado - Resolução TRE-AL 15.189, de 26/10/2011 - configura ilegalidade e burla ao sistema de remoção aplicado pelos Tribunais, correspondendo a uma afronta ao Judiciário e aos seus servidores;

- o outro servidor removido - Luciano da Cruz Correia - passou a pertencer ao quadro efetivo do TRE/AL em 19/7/2011, ocupando, portanto, uma posição bastante desfavorável na lista de antiguidade, o que lhe impediria de ser removido pelos trâmites normais para a 36ª Zona Eleitoral;

- a Resolução TSE n.º 23.092/2009, que trata das permutas e remoções no âmbito dos TREs, é bem clara ao exigir do servidor a justificativa para a remoção, exigência que não foi cumprida pelo servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio, embora tenha sido notificado para esse fim pela Direção Geral, por meio de ofício;

- o outro servidor removido, por sua vez, apresentou a referida justificativa, o que é lógico, pois o Município de Limoeiro de Anadia fica a apenas 100 km da Capital do Estado e a 18 km de Arapiraca, localização almejada por vários Analistas Judiciários mais antigos;

- o servidor Luciano da Cruz Correia, embora estivesse lotado na 27ª Zona Eleitoral, em Mata Grande, apenas passou por lá na data da lotação e poucos dias depois foi removido temporariamente para trabalhar na 1ª Zona Eleitoral de Maceió, recebendo diárias que, mensalmente, ultrapassam R\$ 5.000,00, em razão da revisão biométrica que ocorre em todo o Estado; com isso, deixou a 27ª Zona Eleitoral órfã de Analista Judiciário, contando com apenas 1 servidor efetivo;

- a movimentação desses servidores se deu apesar dos pareceres contrários emitidos pelos setores competentes do TRE/AL, que, em seu entender, correspondem à *longa manus* do TCU naquele órgão.

O Requerente cita a doutrina de Hely Lopes Meireles e pleiteia, em sede de liminar, a suspensão de todos os atos e efeitos da Resolução TRE/AL nº 15.189/2011.

Requer, ao final, seja julgado procedente o pedido para revogar/anular a decisão objeto do processo TRE/AL n.º 19.209/2011 e, por consequência, também a Resolução TRE/AL n.º 15.189/2011, com determinação para que servidores retornem imediatamente para as respectivas lotações de origem - Luís Gustavo de Oliveira Lúcio para a 36ª Zona Eleitoral em Limoeiro de Anadia/AL e Luciano da Cruz Correia para a 27ª Zona Eleitoral em Mata Grande/AL.

Instado a se manifestar, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas alega, em preliminar, que a pretensão do Requerente possui natureza eminentemente pessoal, sem repercussão no cenário nacional, contexto sinalizador do não cabimento da atuação do Conselho Nacional de Justiça. Superada essa questão, sustenta que:

- a irresignação do Requerente reside em seu interesse em ser removido para a 36ª Zona Eleitoral;

- o Requerente já havia solicitado anteriormente a sua remoção para Arapiraca, a fim de acompanhar seu cônjuge que lá reside e trabalha, mas, ante a ausência de fundamentos suficientes, o pedido foi oportuna e fundamentadamente rejeitado;

- o art. 36 da Lei nº 8.112/1990 prevê três modalidades de remoção, quais sejam: 1) de ofício, no interesse da Administração; 2) a pedido, a critério da Administração; 3) a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração;

- no âmbito da Justiça Eleitoral, cabe ao Tribunal Superior Eleitoral regulamentar a remoção, o que foi feito por meio da Resolução n.º 22.660/2007, revogada pela Resolução n.º 23.092/2009;

- no caso em exame, incidem duas das três espécies de remoção, não obstante o ato impugnado tenha se amparado em apenas uma, a prevista no art. 36, II, da Lei n.º 8.112/1990 (a pedido, a critério da Administração);

- o servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio encontrava-se removido temporariamente por motivo de saúde, espécie de remoção precária por excelência e que, uma vez atendidos os requisitos respectivos, consiste em direito público subjetivo do servidor, imune, portanto, a eventual juízo de oportunidade e conveniência, ou seja, independentemente do interesse da Administração;

- o servidor, enquanto perdurar a sua lotação provisória, que, inclusive, independe da existência de vaga, trabalha na condição instável de extranumerário e permanece vinculado à lotação original, com o cargo que ocupa devidamente provido, o que gera o negativo efeito de impedir a Administração de designar alguém para exercê-lo, o qual sequer pode ser objeto de oferta em concurso de remoção;

- o princípio da Supremacia da Administração cede em face da remoção de servidor por motivo de saúde, estando essa ilação expressamente consignada no inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei n.º 8.112/1990: "independentemente do interesse da administração";

- o Supremo Tribunal Federal, apreciando questões similares, já se pronunciou no sentido de que, da leitura da alínea "b" do inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei n.º 8.112/1990, não há que se perquirir sobre a existência de vaga ou interesse da Administração para o deslocamento do servidor, se ancorado em motivo de saúde do cônjuge;

- a saúde do servidor é colocada pela Lei em primeiro plano, face ao princípio da dignidade da pessoa humana insculpido no inciso III do art. 1º da CRFB/88, bem como em razão dos arts. 3º, I, 5º, II, 6º, 7º, IV e XXII, 23, II, 24, XII e 196, todos da Carta Magna;

- por ocasião da prática do ato ora impugnado, o servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio estava lotado definitivamente no Cartório da 36ª Zona Eleitoral do Estado de Alagoas (Limoeiro de Anadia) e não na Secretaria do Tribunal, onde se encontrava apenas temporariamente prestando serviços, e muito menos no Cartório da 1ª Zona Eleitoral de Alagoas (Maceió), onde está prestando serviços, também temporariamente, em razão da necessidade da Administração, dado o volume de trabalho decorrente da realização da revisão eleitoral, com coleta de dados biométricos, determinada pelo TSE;

- nessas circunstâncias, nada teria o condão de impedir o servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio de participar de outra modalidade de remoção, sobretudo a que ora é questionada pelo Requerente, pois o que importa é a lotação original, ou seja, o local onde o servidor está lotado definitivamente, sendo-lhe assegurado o direito de ali permanecer e de só sair a pedido, seja por concurso, seja por permuta, pouco importando se está ou não provisoriamente afastado por motivo de saúde;

- quando o motivo de saúde alegado para a sua remoção provisória em Maceió não mais subsistir, e quando se encerrarem os serviços relativos à revisão de eleitorado com coleta de dados biométricos, o servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio teria necessariamente de retornar ao Cartório da 36ª Zona Eleitoral. Afronta a Lei seria negar-lhe o direito de participar das demais formas de remoção, pois, por motivo de saúde, teria de abrir mão de um direito a todos assegurado - o de ser removido por concurso ou permuta;

- a Lei n.º 8.112/1990 e o diploma que regulamenta a remoção no âmbito da Justiça Eleitoral não vinculam o direito de participar da remoção a pedido, por concurso ou permuta, ao fato de estar o servidor interessado em efetivo exercício na localidade de onde pretende ser removido;

- quando a norma fala em "deslocamento recíproco de servidores" está a definir que um ocupará o lugar deixado pelo outro, nada mais;

- a regra, portanto, foi devidamente seguida e, quando não mais subsistirem os motivos médicos determinantes de sua lotação provisória na Capital, bem como os trabalhos inerentes à revisão eleitoral, o servidor Luis Gustavo de Oliveira Lucio terá de exercer as atribuições de seu cargo no Cartório da 27ª Zona Eleitoral, para onde foi deslocado por meio do ato ora questionado;

- situação semelhante vivencia o servidor Luciano da Cruz Correia, que está provisoriamente colaborando com os trabalhos de revisão eleitoral em Maceió, em razão de sua experiência com a matéria, uma vez que participou do processo de atualização do cadastro eleitoral com coleta de dados biométricos nos Municípios de Paço do Lumiar, Raposa e São João Batista, todos no Estado do Maranhão;

- esse servidor não está removido, encontrando-se apenas afastado, em caráter eventual e transitório, razão pela qual faz jus à percepção de diárias, nos termos do artigo 58 da Lei n.º 8.112/1990;

- o deslocamento recíproco ocorreu; o que ainda não aconteceu foi o exercício efetivo, porquanto ambos os servidores, no absoluto interesse da Administração, por ora estão precariamente trabalhando em Maceió;

- se a legislação de regência não impõe como condição, para o deferimento dos pedidos de remoção por permuta, que os interessados estejam em efetivo exercício, não pode o Administrador proceder a tal exigência, pois normas restritivas de direitos devem ser interpretadas restritivamente, jamais ampliativamente;

- casos de remoção que independem do interesse da Administração, como em razão da saúde do servidor, configuram rara e evidente exceção legal à regra do artigo 5º da Resolução TSE n.º 21.832/2004, que impõe a lotação mínima de dois servidores por Cartório Eleitoral, um da carreira de Técnico e outro da carreira de Analista Judiciário. Essa interpretação já está sedimentada, pois o próprio TSE, ao editar a Resolução n.º 23.092/2009, que regulamenta a remoção no âmbito da Justiça Eleitoral, estabeleceu, no artigo 24, *verbis*: "Para fins desta Resolução, é de ser observado o número mínimo de servidores, por zona eleitoral, estabelecido em lei, excepcionadas as remoções independentes do interesse da Administração";

- no caso da remoção por permuta ora questionada, o Tribunal entendeu que estavam preenchidas todas as exigências do artigo 14 da Resolução TSE n.º 23.092/2009, segundo o qual "o requerimento de remoção deve ser acompanhado da justificativa, da indicação da localidade de interesse e do currículo do(s) interessado(s)";

- ambos os interessados apresentaram suas personalíssimas justificativas, cujos trechos ora transcreve, quais sejam, interesses familiares, entendendo o Tribunal que assegurar a preservação da unidade familiar significa cumprir a Constituição Federal;

- a unidade familiar tem especial proteção do Estado, devendo ser assegurada a sua máxima preservação, nos moldes do art. 226 da CRFB/88;

- o ato de remoção atende também aos imperativos do interesse público, porque permite que os servidores envolvidos possam trabalhar nas localidades desejadas, o que certamente trará grande vantagem à Administração.

Finalmente, o Requerido pondera que não restam presentes os requisitos autorizadores da concessão da ordem liminar pleiteada e salienta que os efeitos da Resolução n.º 15.189/2011, cuja suspensão o

Requerente pretende, somente serão produzidos após a conclusão do trabalho da revisão do eleitorado alagoano com a coleta de dados biométricos, evento previsto para ocorrer em 16 de dezembro de 2011, mas com possibilidade de prorrogação.

Em atenção ao despacho exarado nos autos (DESP41, evento 12), os interessados, Luciano da Cruz Correia e Luís Gustavo de Oliveira, apresentam suas considerações ao presente Procedimento de Controle Administrativo nos seguintes termos:

- é incompetente o Conselho Nacional de Justiça para apreciação do feito, a teor do que dispõe o § 4º do art. 103-B da CRFB/88;

- A decisão que deferiu a permuta foi proferida por unanimidade pelo Pleno do TRE/AL e eventual desconstituição do julgado pelo CNJ mitigaria a autonomia administrativa do daquele Tribunal;

- a pretensão é de natureza eminentemente particular do Requerente, o que configura ausência de repercussão no cenário nacional;

- o Requerente age com ausência de responsabilidade ao apontar, de modo leviano e infundado, a ocorrência de fraude quando do deferimento do pleito de permuta;

- o servidor Luiz Gustavo, embora esteja desenvolvendo atividades funcionais na Capital, encontra-se vinculado ao Cartório da 36ª Eleitoral, Limoeiro de Anadia, e, uma vez cessada a causa da remoção por motivo de saúde, é seu dever retornar à lotação originária;

- o servidor Luciano da Cruz está lotado, em definitivo, no Cartório da 27ª Eleitoral, Mata Grande, exercendo apenas temporariamente suas funções em outro local, não havendo sido removido, encontrando-se apenas afastado da lotação de origem, razão pela qual tem direito às diárias indicadas na inicial;

- com a efetivação da permuta fica resguardado o número mínimo de servidores por cartório exigido por lei, não havendo, pois, lesão ao interesse público ou ao erário;

- a permuta deferida está em consonância com a legislação aplicável à matéria (art. 5º, II, da Resolução TSE n.º 23.092/2009 e art. 36 da Lei n.º 8.112/1990), bem como em harmonia com a doutrina e a jurisprudência;

- os servidores ocupam idênticos cargos, indicaram pontualmente os motivos para o pedido de remoção (proximidade dos

familiares), promoveram a indicação do local de interesse e apresentaram seus respectivos currículos;

- a preservação da unidade familiar, garantida expressamente no art. 226 da Constituição Federal, é dever do Estado e motivo suficiente para o deferimento do pleito de permuta.

Pugnam pelo reconhecimento da incompetência do CNJ para apreciar a matéria objeto do presente Procedimento de Controle Administrativo e pleiteiam seja julgado improcedente o pedido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A relevância da matéria evidencia a competência deste Conselho Nacional de Justiça, mormente ante possível desrespeito, por Órgão da Justiça Eleitoral, a norma regulamentar emanada do Tribunal Superior Eleitoral.

Luís Gustavo de Oliveira Lúcio e Luciano da Cruz Correia, servidores do quadro do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, requereram a permuta por reciprocidade (Processo n.º 19.209/2011 - DOC7, fls. 1-4). O primeiro objetivava ser lotado na 27ª Zona Eleitoral de Mata Grande/AL e o segundo pretendia permuta para a 36ª Zona Eleitoral de Limoeiro de Anadia/AL.

A Resolução TRE/AL n.º 15.189/2011 autorizou a remoção por permuta dos referidos servidores, ante a observância dos requisitos estabelecidos na Resolução TSE n.º 23.092/2009 (identidade de cargos e apresentação de justificativa), bem como em face da manifestação favorável do Juiz da 36ª Zona Eleitoral e da Direção-Geral do Tribunal Regional Eleitoral (DOC7, fls. 25-29).

Considero, no entanto, que a tese adotada pelo Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas não se encontra em perfeita harmonia com os estritos termos da Resolução TSE n.º 23.092/2009, mais especificamente com os seus artigos 12 e 14, que assim dispõem, *verbis*:

"Art. 12. Permuta é o deslocamento recíproco de servidores, observadas a equivalência entre os cargos, a área de atividade e a especialidade.

Art. 14. O requerimento de remoção deve ser acompanhada da justificativa, da indicação da localidade de interesse e do currículo do(s) interessado(s)."

O servidor Luís Gustavo, por razões de saúde, foi removido de Limoeiro de Anadia/AL para ter exercício na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (Portaria TER-AL n.º 319, de 23.05.2011), com lotação na Coordenadoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Portaria TER/AL n.º 327/201) e, em 06 de julho de 2011, passou a ocupar Função Comissionada, FC-4, de Chefe de Cartório da 1ª Zona da Capital (Portaria TER-AL n.º 532/2011).

Se a permuta é o **deslocamento recíproco** de servidores (art. 12), ela não pode ocorrer caso um dos interessados não pretenda, de fato, a mudança do seu local de trabalho. No caso, é evidente que o servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio não pretende se dirigir a Mata Grande, pois, por razões de saúde, pleiteou e teve autorizado o exercício das funções públicas em Maceió.

É exigência da Resolução TSE n.º 23.092/2009 (art. 14) que os servidores interessados na permuta apresentem justificativa para o pedido. Nos termos da referida norma, é inviável que se aceite a justificativa por parte de somente um dos requerentes e a simples aquiescência do outro, como ocorreu no caso.

Com efeito, extrai-se da petição em que os servidores apresentaram as respectivas justificativas para o pedido de permuta por reciprocidade (fl. 20 do DOC7):

"O primeiro requerente, lotado na 36ª Zona Eleitoral de Limoeiro de Anadia, é Alagoano, e não tem oposição de ser lotado na 27ª Zona Eleitoral de Mata grande.

O segundo requerente é Alagoano da capital, contudo reside com sua esposa e toda sua família na cidade de Arapiraca, onde sua esposa exerce a função de Fisioterapeuta, fato que impede a mesma de acompanhá-lo para outro local que seja distante da cidade de Arapiraca. Portanto, resta claro que a distância provoca diversos prejuízos tanto emocionais, maritais e materiais ao segundo requerente, podendo ser sanado com simples permuta por reciprocidade entre servidores ocupantes de cargos idênticos."

Embora o servidor Luciano da Cruz Correia tenha perfeitamente justificado o seu anseio de ser lotado em Limoeiro de Anadia, de forma a desempenhar atribuições em local mais próximo da cidade onde mora sua esposa, o servidor Luís Gustavo de Oliveira Lúcio

deixou de apresentar as razões pelas quais gostaria de ser lotado na cidade de Mata Grande, limitando-se a não se opor a permuta.

Aliás, a Coordenadoria de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, por meio da Informação n.º 132/2010 (DOC7, fls. 13-16), manifestou-se em desfavor do requerimento de permuta por reciprocidade pelos mesmos motivos aqui delineados.

Por fim, registra-se que o indeferimento da permuta requerida pelos servidores Luiz Gustavo de Oliveira Lúcio e Luciano da Cruz Correia não acarreta eventual afronta ao art. 226 da CRFB/88, que dispensa à família especial tratamento do Estado, porquanto, quando da prestação de Concurso Público, os candidatos têm ciência de que podem ser lotados em qualquer Comarca do respectivo Estado.

Por tais razões, estando a decisão proferida nos autos do Processo Administrativo n.º 19.209/2011 em desacordo com norma da Justiça Eleitoral que disciplina a matéria (Resolução TSE n.º 23.092/2009), devem ser afastados os efeitos da Resolução TRE/AL n.º 15.189/2011, que autorizou a remoção por permuta dos servidores Luís Gustavo de Oliveira Lúcio e Luciano da Cruz Correia.

A deliberação deste Conselho, entretanto, não alcança o pleito do Requerente de que sejam os servidores Luís Gustavo de Oliveira e Luciano da Cruz Correia compelidos a, de imediato, retornarem às respectivas lotações de origem, pois tal implicaria manifesta ingerência administrativa no TER/AL.

Com efeito, enquanto persistirem a necessidade de assistência médica na capital alagoana por um servidor e a indispensável prestação de serviços por outro também naquela cidade, não cabe a este Conselho, na ausência de qualquer ilegalidade, imiscuir-se em atividade eminentemente discricionária e de competência da própria Corte Eleitoral.

Em razão do exame direto do mérito, fica prejudicada a análise do pedido liminar.

III - CONCLUSÃO

Com esses fundamentos, julgo **PROCEDENTE** o Procedimento de Controle Administrativo para declarar a nulidade da decisão proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, nos autos do Processo Administrativo n.º 19.209/2011, e, conseqüentemente, tornar sem efeito a Resolução TRE/AL n.º 15.189/2011, ante a inobservância da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral n.º 23.092/2009, ficando prejudicada a análise do pedido liminar.

Intimem-se as partes. Após, arquivem-se os autos.

CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA em 08 de Fevereiro de 2012 às 16:24:42

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
3aa431cef379f9ef7a1f1c90d3bfc2b



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **399486**

120314153845000000000000398778

